

INTRODUÇÃO
À CRÍTICA TEXTUAL

■

César Nardelli Cambraia

*Júlia
2008*

Martins Fontes
São Paulo 2005

CAPÍTULO 4

TIPOS DE EDIÇÃO

Há diversas formas de tornar acessível ao público um texto: sua edição pode ser em formato de bolso, comentada, fac-similar, abreviada, etc. A grande diversidade de tipos de edição, porém, pode ser organizada em um restrito número de categorias, de acordo com o critério que subjaz à sua caracterização.

4.1. TIPOS GERAIS DE EDIÇÃO

Uma primeira categoria de tipos de edição baseia-se no *material* utilizado, em termos de dimensão e de qualidade do suporte.

Na subcategoria *dimensão do livro*, encaixam-se edições como a *de bolso*, a *compacta* e a *diamante/liliputiana/microscópica* (estas três, formas sinônimas). As edições de bolso geralmente possuem um tamanho menor que o formato atualmente corrente de livro (aproximadamente 210 × 150 mm): sua dimensão gira em torno de 180 × 110 mm¹. Uma edição compacta

1. Dimensão próxima à de famosas coleções estrangeiras: os da coleção espanhola *Clásicos Castalia* têm aprox. 180 × 100 mm; os da catalã *Edicions 62*, aprox. 185 × 115 mm; os das francesas *Hachette* e *Seuil*, aprox. 180 × 110 mm.

não tem dimensão previamente definida a rigor, mas caracteriza-se pela composição cerrada das linhas, com o objetivo de se economizar material. Uma edição diamante apresenta tamanho bastante reduzido (bem menor que de bolso) e costuma, atualmente, ser instrumento de promoção/divulgação.

Na subcategoria *qualidade do suporte*, enquadram-se edições como a *popular* e a *de luxo*. Edições populares normalmente são feitas com material de baixo custo e qualidade (p. ex.: papel-jornal, encadernação por cola, capa de papel-cartão monocromática, sem ilustrações). Opõem-se nitidamente às de luxo, porque nestas se utiliza material de alta qualidade (p. ex.: papel couchê, encadernação por costura, capa de prancha policromada, com ilustrações).

Uma segunda categoria diz respeito ao sistema de registro e inclui a edição *impressa*² e a *digital/eletrônica/virtual*: a primeira é registrada por tipo móvel; já a segunda por sistema digital, legível apenas através de programa de computador (o formato digital apresenta-se, por sua vez, em vários tipos: *txt, doc, rtf, pdf, html, xml, sgml*, etc.).

Uma terceira categoria fundamenta-se na *publicação* da edição. Tem-se uma edição *princeps/príncipe*, quando se publica um texto pela primeira vez. Uma edição *limitada* é aquela que foi feita em número menor que o habitual (em casos especiais, costuma ainda ser numerada por exemplar e assinada pelo autor). Uma edição *extra/extraordinária* é a que é publicada fora da periodicidade regular (expressão mais propriamente aplicável a jornais, revistas, etc.). Entende-se por edição *comemorativa* aquela cuja publicação está relacionada à celebração de alguma data, normalmente ligada à vida do autor (p. ex., nascimento, morte) ou da obra (p. ex., primeira publicação).

▼ ▼ ▼ ▼ ▼

2. No passado, a expressão *edição impressa* seria redundante, pois o termo *edição* sugeria a ideia de impressão. Modernamente a referida expressão é necessária para evitar-se a confusão entre uma edição impressa e uma digital.

Uma quarta categoria baseia-se na questão da *permissão*. Uma edição *autorizada* é aquela publicada com permissão do autor ou do detentor dos direitos autorais; já uma edição *clandestina/espúria/fraudulenta/pirata* não possui a referida permissão.

Uma quinta categoria diz respeito à *integralidade do texto*. Quando há a reprodução por inteiro de um texto, tem-se uma edição *integral*. Esta opõe-se à edição *abreviada*, em que se suprimem partes de um dado texto, geralmente longo, para se atingir um público em fase inicial de formação (p. ex., estudantes do ensino básico e médio). Se se fazem supressões a um texto sem se explicitar, a edição pode ser considerada *expurgada*: tais supressões costumam ocorrer por censura política, religiosa, moral, etc. Uma edição com supressões, geralmente para ser empregada como material didático, é chamada de *ad usum delphini*.

Uma sexta categoria baseia-se na *reelaboração do texto*. Uma edição pode ser *revista*, porque foi retificada pelo autor ou editor; *atualizada*, porque se substituíram dados ultrapassados por novos; ou ainda *ampliada/aumentada*, porque se acrescentaram novas partes – todos esses adjetivos costumam ser empregados apenas na reedição de textos científicos. Nessa categoria deve entrar também a chamada edição *modernizada*: trata-se geralmente de uma edição em que se realizam modernizações, sobretudo lingüísticas, em textos antigos – se se considerar que a identidade de um texto está diretamente ligada à sua forma lingüística (principalmente no caso de textos literários), deve-se admitir que uma edição modernizada é, na verdade, uma paráfrase, um novo texto baseado/inspirado no primitivo. Como exemplo de edição modernizada, pode-se citar a da *Demanda do Santo Graal*, realizada por Megale (1988).

Além das categorias de edições listadas acima, há ainda uma de valor especial para a crítica textual: trata-se da cate-

goria de edições que se baseia na *forma de estabelecimento do texto*, que compreende o que se pode chamar de *tipos fundamentais de edição*.

4.2. TIPOS FUNDAMENTAIS DE EDIÇÃO

A escolha de um dos tipos fundamentais de edição para ser aplicado a um texto exige especial reflexão do crítico textual, pois cada tipo tem características muito próprias e distintas. Por isso, dois aspectos, em especial, devem ser necessariamente observados: o público-alvo almejado e a existência de edições anteriores.

A importância de se pensar no público-alvo está no fato de que dificilmente uma mesma edição é adequada para todo tipo de público, pois diferentes são seus interesses. Assim, uma edição que reproduza particularidades gráficas de um texto quinhentista pode interessar a um linguísta, mas não seria adequada a um público juvenil interessado especialmente no conteúdo do texto, ou seja, na história ali contada.

É igualmente importante saber se o texto em questão já foi editado antes, a fim de se evitarem edições redundantes, ou seja, que simplesmente repetem a abordagem das edições ainda disponíveis no mercado. Pode-se dizer que é fundamental conhecer e analisar previamente o *campo bibliográfico* de um dado texto, conceito este assim definido por Castro & Ramos (1986: 112), seus proponentes:

Campo bibliográfico é a designação que propomos para um conjunto estruturado de unidades bibliográficas (livros impressos), organizadas em torno de determinado texto: o campo de um texto é o grupo formado pelas edições existentes desse texto. (...) O campo bibliográfico ideal é aquele em que, de um tex-

to, existem no mercado, ou são facilmente acessíveis, exemplares de todos os tipos de edição capazes de satisfazer as necessidades de todos os tipos de leitor potencial.

Os tipos de edição baseados na forma de estabelecimento do texto podem ser distribuídos em duas grandes classes: as edições *monotestemunhais* (baseadas em apenas um testemunho de um texto) e as edições *politestemunhais* (baseadas no confronto de dois ou mais testemunhos de um mesmo texto).

4.2.1. Edições monotestemunhais

As edições monotestemunhais podem ser divididas essencialmente em quatro tipos, diferenciados com base no *grau de mediação* realizada pelo crítico textual na fixação da forma do texto: são elas *fac-similar*, *diplomática*, *paleográfica* e *interpretativa*³.

4.2.1.1. Edição fac-similar

A edição *fac-similar* (também chamada de *fac-símile*, *fac-similada* ou *mecânica*) baseia-se, em princípio, no *grau zero de mediação*, porque, neste tipo, apenas se reproduz a imagem de um testemunho através de meios mecânicos, como fotografia, xerografia, escanização, etc.

Este tipo de edição tem como vantagem permitir o acesso ao texto de forma praticamente direta, o que confere ao consulente grande autonomia e liberdade na interpretação do testemunho. Por outro lado, tem a desvantagem de poder ser consultada apenas por especialistas, porque pressupõe a capa-

3. Há, na literatura especializada, uma certa oscilação na definição destes quatro termos técnicos: as definições aqui apresentadas são uma tentativa de diferenciar com mais clareza os tipos em questão.

cidade de se ler um texto na escrita original (quanto mais antiga, mais esse conhecimento se faz necessário); além disso, costuma ser muito cara.

Várias obras de grande importância para o mundo das letras lusófonas já receberam edições fac-similares impressas: algumas reproduzindo testemunhos manuscritos, como o *Cancioneiro da Ajuda* (Cancioneiro, 1994), *da Vaticana* (Cancioneiro, 1973), *da Biblioteca Nacional* (Cancioneiro, 1982), as *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X (Serrano *et al.*, 1979); outras reproduzindo testemunhos impressos, como a *Gramática da Linguagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira (Oliveira, 1988), a *Compilação* das obras de Gil Vicente (Vicente, 1928), *Os Lusíadas* (Camões, 1982)⁴, a *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto (Pinto, 1995).

Para que uma edição fac-similar cumpra, de fato, sua função de possibilitar o acesso quase direto ao testemunho de interesse (p. ex., a um manuscrito medieval ou a um impresso renascentista), é necessário que tenha sido realizada com o máximo de rigor e respeito ao modelo, fato que nem sempre se verifica.

Reckert (1983: 201-23), após ter comparado à edição fac-similar da *Compilação* de Gil Vicente, de 1928, com o conjunto dos sete exemplares conhecidos da edição *princeps* de 1562, constatou a existência de diversas divergências, tais como supressões e omissões (± 200); erratas, falsas leituras e falsas pontuações por obra de retoque (± 90) e "correção" de erratas do original (± 12). Vejam-se, a seguir, alguns exemplos:

▼ ▼ ▼ ▼ ▼

4. Nesta edição fac-similar d'*Os Lusíadas* tem-se a reprodução mecânica paralela de ambas as edições datadas de 1572 – uma tem o pelicano no alto da portada virado para a esquerda e outra para a direita. Quando se tem a reprodução simultânea de mais de um testemunho, diz-se que se trata de edição *sinóptica* ou *justalinear*.

Ed. *princeps*

Ed. fac-similar

<i>eternidade:</i> (fól. 22a.42)	<i>eternidade?</i>
<i>imigos</i> (fól. 24a.13)	<i>imigos</i>
<i>ser</i> (fól. 28d.38)	<i>ler</i>
<i>frâcelhos</i> (fól. 37a.41)	<i>trâcelhos</i>
<i>lembrança?</i> (fól. 51d.25)	<i>lembrança.</i>
<i>fino</i> (fól. 63.17)	<i>sino</i>
<i>nosso</i> (fól. 64.25)	<i>uosso</i>

Reckert (1983: 221) informa ainda quanto à edição fac-similar que não só não há nela indicação do exemplar utilizado como fonte nem da responsabilidade editorial como ainda parece derivar de um exemplar híbrido, cuja fonte seria, em parte, o exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa e, em parte, o da Universidade de Harvard.

A inadequação dessa edição fac-similar acabou por comprometer os trabalhos feitos a partir dela: Reckert (1983: 206) assinala que, por estar na edição fac-similar a forma *auco* (fól. 22a.16) onde havia na *princeps* a forma *auto*, Saraiva (1959: 363) teria sido induzido a ler *anco* e proposto a emenda *anjo*, intervenção esta que desvirtuou a forma genuína do texto.

4.2.1.2. Edição diplomática

Na edição *diplomática* tem-se a primeira forma de mediação efetivamente feita pelo crítico textual, sendo esta, porém, bastante limitada: trata-se, portanto, de um *grau baixo de mediação*. Neste tipo de edição, faz-se uma transcrição rigorosamente conservadora de todos os elementos presentes no modelo, tais como sinais abreviativos, sinais de pontuação, paragrafação, translineação, separação vocabular, etc.

Como vantagem deste tipo de edição, pode-se citar a facilitação de leitura que propicia, pois dispensa o leitor da árdua tarefa de decifrar as formas gráficas da escrita original do modelo, particularmente difíceis em testemunhos manuscritos. Por outro lado, tem como desvantagem o fato de também poder ser consultada fundamentalmente por especialistas, pois, apesar da facilitação já mencionada, a manutenção de certas características – em especial, os sinais abreviativos – exige certamente conhecimento especializado, não dominado pelo grande público. Não se pode deixar de lembrar ainda que, mesmo sendo bastante rigorosa, uma edição diplomática já constitui uma interpretação subjetiva, pois deriva da leitura que um especialista faz do modelo.

No passado, este tipo de edição tinha uma função muito importante: suprir a falta do contato direto com o modelo, algo particularmente importante quando se estava trabalhando com diversos testemunhos de um dado texto, espalhados pelas bibliotecas de diferentes países. Certamente exerceria essa função, p. ex., a edição diplomática do *Cancioneiro da Ajuda*, realizada por Carter (1941). Modernamente, porém, com o desenvolvimento das técnicas de reprodução mecânica (fotografia, microfilmagem, escanerização), essa função praticamente deixou de existir, pois o especialista pode agora trabalhar quase diretamente com um testemunho através das diversas formas possíveis de sua reprodução mecânica, deixando de depender da intermediação de um outro especialista, fato que já havia assinalado Silva Neto (1956b: 21) há mais tempo:

Hoje, em virtude dos progressos técnicos da fotografia e da reprodução fac-similada, a transcrição puramente diplomática é um atraso, pois com ela ficamos sempre na estrita dependência do critério e da perícia do editor, que, no entanto, pode ler mal e não compreender algumas palavras.

Persiste ainda hoje, no entanto, outro motivo para a realização de edições diplomáticas: a disponibilização de dados para o estudo de história da língua, especialmente dos sistemas gráficos de representação lingüística. Como instrumento para a realização de edições dessa natureza, têm-se criado recursos eletrônicos específicos, tais como conjunto de caracteres para computador (chamados *fontes*) que permitem uma reprodução bastante rigorosa das características de escritas do passado: como exemplo, pode-se citar a fonte para transcrição de textos medievais adotada por Emiliano (2002). Através de edições com esses recursos será possível construir grandes bases de dados digitais que permitirão, p. ex., um estudo, com sólida base empírica, da evolução dos sistemas gráficos empregados.

4.2.1.3. Edição paleográfica

Um passo adiante em termos de mediação verifica-se na edição paleográfica (também chamada eventualmente de *semi-diplomática*, *paradiplomática* ou *diplomático-interpretativa*). Pode-se dizer que há, neste tipo, um *grau médio de mediação*, pois, no processo de reprodução do modelo, realizam-se modificações para o tornar mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar certas características originais, tais como os sinais abreviativos. Enquanto na edição diplomática a mediação do editor se restringe à reprodução dos elementos do modelo, já na paleográfica o editor atua de forma mais interventiva, através de operações como desenvolvimento de sinais abreviativos, inserção ou supressão de elementos por conjectura, dentre outras (embora qualquer uma dessas operações fique explicitamente assinalada na reprodução): os principais objetivos de todas essas opera-

ções são (1) o de facilitar ainda mais a leitura do texto e torná-lo acessível a um público menos especializado e, portanto, mais amplo que o da diplomática; e (2) o de tentar retificar falhas óbvias no processo de cópia do texto, tais como supressão ou repetição de letras, etc.

As edições paleográficas são especialmente comuns quando se trata de documentos jurídicos: em álbuns de paleografia, costuma-se apresentar uma edição desse tipo para os documentos reproduzidos fac-similarmente – como exemplo, pode-se citar o álbum de Dias, Marques & Rodrigues (1987). Textos literários também são objeto de edição paleográfica: editores americanos de textos medievais portugueses dedicaram-se especialmente a edições desse tipo, tais como a da *Regra de São Bento*, por Burnam (1911); do *Diálogo de Robim e um Teólogo*, por Carter (1938); a do *Barlaão e Josafá*, por Abraham (1938); a da *Regra de São Bernardo*, por Carter (1940); a das duas versões da *Vida de Santo Aleixo*, por Allen Jr. (1953); e a do *Livro de José de Arimatéia*, por Carter (1967). Modernamente, este tipo de edição tem sido particularmente adotado na edição de documentos para o estudo da história da língua portuguesa: como exemplo em Portugal, podem-se citar a edição de documentos notariais medievais da região do noroeste da Península Ibérica por Maia (1986) e da região centro-sul do território português por Martins (1994); já no Brasil podem-se mencionar a edição de cartas baianas do séc. XVIII em Lobo (2001) e a edição de anúncios de jornais do séc. XIX em Guedes & Berlinck (2000).

4.2.1.4. Edição interpretativa

O passo mais à frente que se pode dar no processo de estabelecimento de um texto a partir de apenas um modelo

acha-se na edição *interpretativa*, a que se pode atribuir o *grau máximo de mediação admissível*. Assim como na paleográfica, fazem-se operações como desenvolvimento de abreviaturas e conjecturas, mas, além disso, o texto passa por um forte processo de uniformização gráfica e as conjecturas vão além de falhas óbvias, compreendendo intervenções que aproximem o texto do que teria sido sua forma genuína. Esses procedimentos permitem, em primeiro lugar, apresentar o texto em uma forma acessível a um público amplo (já que dificuldades gráficas desaparecem com a uniformização); ademais, oferecem ao público um texto mais apurado, na medida em que os elementos estranhos à sua presumível forma genuína vêm claramente assinalados.

Não se pode deixar de esclarecer que, neste tipo de edição, a uniformização é essencialmente gráfica: não se uniformizam variantes fonológicas, morfológicas, sintáticas e lexicais (o que geralmente ocorre na chamada edição *modernizada*). É evidente, porém, que certas uniformizações (de pontuação, paragrafação, etc.) acabam por fixar apenas uma das leituras possíveis do testemunho, razão pela qual esse tipo recebe justamente o nome de *interpretativa*. Como se vê, sua maior qualidade – a acessibilidade – determina igualmente seu maior defeito – a subjetividade.

Embora não raramente se utilize o termo *crítica* para nomear este tipo de edição (i. é, baseada apenas em um testemunho), tal prática merece ser revista, pois o método aplicado e os resultados obtidos neste caso são radicalmente distintos dos relativos a uma edição baseada no confronto de testemunhos (como ficará bastante claro através da exposição a ser feita no cap. 6 desta obra): não há, portanto, nenhum benefício em se utilizar um mesmo termo, tão importante na área, para nomear produtos tão diferentes.

Via de regra, faz-se uma edição interpretativa de textos preservados em testemunho único (lat. *codex unicus*), como é o caso, nas letras lusófonas, da *Demanda do Santo Graal* (cf. Magne, 1944, 1955-1970), da *Gramática da Linguagem Portuguesa*⁶ de Fernão de Oliveira (Oliveira, 1975) e de vários outros textos. Eventualmente faz-se também edição interpretativa de um texto que possui diversos testemunhos com os quais o crítico textual não quis ou não pôde trabalhar por razões diversas: nesse caso, o crítico textual edita interpretativamente apenas um testemunho, algo que se justifica para se tornar disponível no mercado uma edição de um texto, geralmente inédito – tal edição, porém, perde valor tão logo uma edição crítica (baseada em todos os testemunhos existentes) seja realizada, pois, na edição crítica, a possibilidade de diferenciar formas genuínas de não-genuínas é maior, em função do contraste entre os testemunhos, possibilidade esta restrita à conjectura (muito subjetiva) no caso de uma edição interpretativa.

Para que se possa ter uma idéia melhor da diferença entre os quatro tipos de edição monotestemunhal descritos acima, edita-se a seguir o verso de um mesmo fólio da *Carta de Pero Vaz de Caminha*⁷ segundo os quatro tipos de edição anteriormente descritos:

5. Na terminologia tradicional latina em crítica textual, utiliza-se como referência o termo *codex* (= códice), mas na adaptação para o português feita nesta obra emprega-se como referência o termo *testemunho*, uma vez que normalmente as questões se aplicam tanto a códices quanto a livros impressos.
6. Um exemplo interessante para a reflexão sobre as diferenças entre os tipos de edição é a dessa *Gramática*, realizada por Amadeu Torres e Carlos Assunção (cf. Oliveira, 2000): inclui edição anastática (i. é, fac-similar), semidiplomática (i. é, paleográfica) e crítica – apesar de a obra ter sido preservada em apenas uma edição (de 1536), os editores compararam sua própria leitura com as das edições realizadas já no séc. XX, registrando as divergências em nota.
7. As normas adotadas nas edições diplomática, paleográfica e interpretativa da *Carta* baseiam-se nas apresentadas, respectivamente, nas seções 5.3.1, 5.3.2 e 5.3.3 mais adiante.

Figura 9 – Edição fac-similar (fól. 11v do ms. Gaveta 8-maço 2-nº 8 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa)
(Fonte: Biblioteca Virtual, 1998)

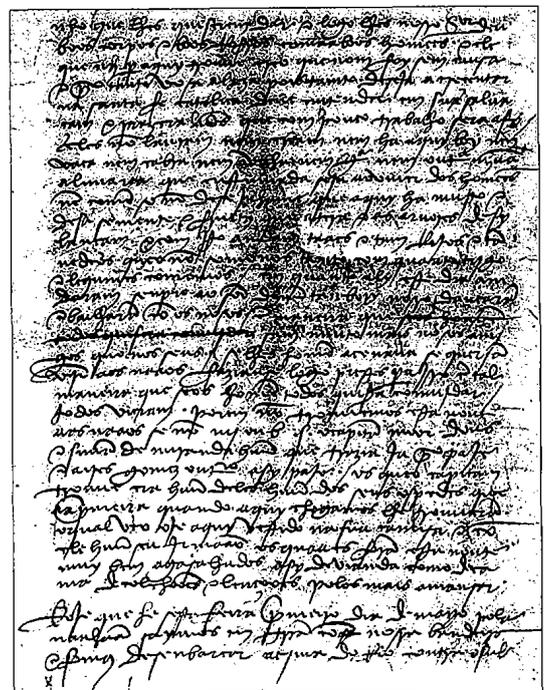


Figura 10 – Edição diplomática

[fol. 11v]

nho que lhes quizerem dar • logo lhes nosso S^o deu
boos corpos logo boos Rostros comaaboos homẽes • e ele
que n^o p^o aquy trouue creio que nom foy sem causa
logo p^o tanto voja alteza pois tamto deseja acreçentar
5 na Janta fe catolica • deue emtender em sua salua
çam e prazera adẽs que com pouco trabalho sera asy /
eles nõ lauram nem criam nem ha aquy boy nen
vaca nem cabra nem ovelha nem g^o nem out^o nhũa
alimarea que costumada seja aoviuer dos homẽes
10 nẽ comẽ (e nõ dese jnhame que aquy ha mujto logo
deja semente e fruitos que atera e as aruores de sy
lançam • e com jsto andam taes e tam Rijos e tã
nedeos • queo nõ somonos tamto com quanto trjgo
e legumes comemos • / em quanto aly este dia am
15 daram senpre ao sãõ dhũu tanborõ nosso dançarã
e bailharã cõ os nosos / e maneira que seos homẽ
~~todos quisera comujdar~~ sam muito mais nosos amj
gos que nos seus • / se lhes homẽ acenaua se querjã
vijr aas naaos fazianse logo prestes pa jsto e tal
20 maneira que seos homẽ todos quiẽ a comujdar • /
todos vieram • poreo nõ trouuemos esta noute
aas naaos se nõ iij ou b • / ocapitã moor dous
e simã de miranda huũ que trazia ja po paje
e aires gomez out^o asy paje • / os queo capitam
25 trouue era huũ deles huũ dos seus ospedes que
aa p^omeira quando aquy chegamos lhe trouuerã •
oqual veio oje aquy vestido na sua camjsa • e cõ
ele huũ seu jrmãõ os quaaes forã esta noute
muy bem agasalhados asy devianda como deca
30 ma de colchõões e lençooes polos mais amanjar •

Esje que he sesta feira p^omeiro dia de mayo pola
manhã saymos em terra cõ a nossa bandeira
e fomos desenbarcar acjma do Rio contra osul

Figura 11 – Edição paleográfica

[fol. 11v]

nho que lhes quizerem dar • e logo lhes nosso Senhor deu
boos corpos e boos Rostros comaaboos homẽes • e ele
que nos per aquy trouue creio que nom foy sem causa
e por tanto vosa alteza pois tamto deseja acreçentar
5 na santa fe catolica • deue emtender em sua salua
çam e prazera adeus que com pouco trabalho sera asy /
eles nõ lauram nem criam nem ha aquy boy nen
vaca nem cabra nem ovelha nem galinha nem outra nhũa
alimarea que costumada seja aoviuer dos homẽes
10 nẽ comẽ se nõ dese jnhame que aquy ha mujto e
desa semente e fruitos que atera e as aruores de sy
lançam • e com jsto andam taes e tam Rijos e tã
nedeos • queo nõ somonos tamto com quanto trjgo
e legumes comemos • / em quanto aly este dia am
15 daram senpre ao sãõ dhũu tanborõ nosso dançarã
e bailharã cõ os nosos / e maneira que {{seos homẽ
todos quisera comujdar}} sam muito mais nosos amj
gos que nos seus • / se lhes homẽ acenaua se querjã
vijr aas naaos fazianse logo prestes pera jsto e tal
20 maneira que seos homẽ todos quisera comujdar • /
todos vieram • poreo nõ trouuemos esta noute
aas naaos se nõ iij ou b • e scilicet ocapitã moor dous
e simã de miranda huũ que trazia ja por paje
e aires gomez outro asy paje • / os queo capitam
25 trouue era huũ deles huũ dos seus ospedes que
aa p^omeira quando aquy chegamos lhe trouuerã •
oqual veio oje aquy vestido na sua camjsa • e cõ
ele huũ seu jrmãõ os quaaes forã esta noute
muy bem agasalhados asy devianda como deca
30 ma de colchõões e lençooes polos mais amansar •

Esje que he sesta feira primeiro dia de mayo pola
manhã saymos em terra cõ {{sa}} nossa bandeira
e fomos desenbarcar acjma do Rio contra osul

Figura 12 – Edição interpretativa

[fól. 11v] -nho que lhes quiserem dar e logo lhes Nosso Senhor deu boos corpos e boos rostros coma a boos homêens; e Ele, que nos per aqui trouve, creio que nom foi sem causa e, portanto, Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar na santa fé católica, deve entender em sua salvação e prazerá a Deus que com pouco trabalho será assi.

5 Eles nom lavram nem criam nem há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem outra nhũã alimárea que costumada seja ao viver dos homêens; nem comem senom desse inhame que aqui há muito e dessa semente e frutos que a terra e as árvores de si lançam, e com isto andam taes e tam rijos e tam nedeos que o nom somo'nós tanto com quanto trigo e legumes comemos.

10 Enquanto ali este dia ham, darám sempre ao sôom dũum tambori nosso, dançarám e bailharám com os nossos; em maneira que sam muito mais nossos amigos que nós seus. Se lhes homem acenava se queriam vñnr aas naos, faziam-se logo prestes pera isso, em tal maneira que, se os homem todos quisera convidar, todos vieram. Porém nom trouvemos esta noute aas naos senom

15 iiii ou v, scilicet, o capitam-moor, dous; e Simam de Miranda, ũum que trazia já por paje; e Aires Gomez, outro assi paje. Os que o capitam trouve, era uum deles uum dos seus hóspedes que aa primeira, quando aqui chegamos, lhe trouveram, o qual veo hoje aqui vestido na sua camisa e, com ele, uum seu irmão, os quaes foram esta noute mui bem agasalhados assi de vianda como

20 de cama, de colchões e lençóes polos mais amansar.

25 E hoje, que é sexta-feira, primeiro dia de maio, pola manhã saímos em terra com nossa bandeira e fomos desembarcar acima do rio contra o sul.

30

Como é comum confundir-se uma edição interpretativa com uma modernizada, apresenta-se abaixo o mesmo fólio da *Carta* editado nas páginas anteriores, mas, agora, em uma edição modernizada (i. é, com modernização lingüística):

Figura 13 – Edição modernizada

[fól. 11v] -nho que lhes quiserem dar e, então, Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos como a bons homens; e Ele, que nos trouxe para cá, creio que não foi sem razão: portanto, Vossa Alteza, porque tanto deseja acrescentar à santa fé católica, deve cuidar da salvação deles e agradará a Deus que, com pouco trabalho, será assim.

Eles não lavram nem criam: não há aqui boi, vaca, cabra, ovelha, galinha nem nenhum outro animal que esteja acostumado a conviver com os homens; não comem senão desse inhame de que há muito aqui e dessa semente e desses frutos que a terra e as árvores lançam de si, e por isto andam de tal forma tão rijos e tão vistosos que nem mesmo nós não o somos tanto com a quantidade de trigo e de legumes que comemos.

Enquanto for dia ali, permanecerão sempre ao som de um tamborim nosso, dançarão e bailarão com os nossos; de tal maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus. Se alguém lhes acenava se queriam vir às naus, aprontavam-se logo para isso, de tal maneira que, se se quisesse convidá-los a todos, todos viriam. Por isso, não trouxemos nesta noite às naus senão quatro ou cinco, a saber: o capitão-mor, dois; Simão de Miranda, um que já trazia por pajem; e Aires Gomes, outro igualmente pajem. Dos que o capitão trouxe, um deles era um dos seus hóspedes que no início, quando chegamos aqui, lhe trouxeram, o qual veio hoje aqui vestido com sua camisa e, com ele, um irmão seu, os quais foram muito bem acolhidos nesta noite tanto de comida como de cama, de colchões e de lençóis para amansá-los mais.

E hoje, que é sexta-feira, primeiro dia de maio, pela manhã saímos em terra com nossa bandeira e fomos desembarcar acima do rio contra o sul.

4.2.2. Edições politemunhais

As edições politemunhais podem ser divididas em dois tipos: a *crítica* e a *genética*.

4.2.2.1. Edição crítica

Uma edição crítica caracteriza-se pelo *confronto de mais de um testemunho, geralmente autógrafos, no processo de estabelecimento do texto*, com o objetivo de se reconstituir a última forma que seu autor lhe havia dado.

A consulta a mais de um testemunho permite ao crítico textual identificar e separar, na medida do possível, os elementos de um texto que não seriam genuínos, pois, como os copistas não erram sempre no mesmo ponto do texto que reproduzem, uma forma genuína pode ser adulterada em um ou em outro testemunho, mas geralmente mantém-se intacta em outros. Nesse aspecto, uma edição crítica é muito superior a uma edição interpretativa, pois nesta só se pode recorrer à conjectura (suposição baseada no juízo do crítico textual) como instrumento de restituição da forma genuína do texto, ou seja, toda intervenção fundamenta-se apenas em uma decisão subjetiva do crítico.

Dada a complexidade e a importância de uma edição crítica, há neste livro um capítulo inteiramente dedicado a ela: o capítulo 6, mais adiante.

4.2.2.2. Edição genética

Tal como em uma edição crítica, faz-se uma genética também através da comparação de mais de um testemunho, só que geralmente autógrafos e/ou idiógrafos (os chamados *originais*), e almeja-se registrar todas as diferenças entre as re-

dações preliminares de um texto e a forma final dada pelo seu autor.

A edição genética é fruto do desenvolvimento de uma abordagem de crítica do texto literário baseada no estudo da sua gênese, abordagem a que se chama de *crítica genética*⁸. Segundo Salles (1992: 17), essa abordagem fundamenta-se em uma constatação básica: a de que

(...) o texto definitivo de uma obra, publicado ou publicável, é, com raras exceções, resultado de um trabalho que se caracteriza por uma transformação progressiva.

Para delinear o percurso criativo de um texto, o crítico genético utiliza uma gama heterogênea de fontes: de acordo com Hay (1991: 23), elas podem ser as marcas dos impulsos iniciais (p. ex., notas, cadernos, diários), os documentos das operações preliminares (p. ex., projetos, planos, roteiros) e ainda os instrumentos do trabalho redacional (p. ex., esboços, primeiras redações, rascunhos).

Uma edição genética deve, portanto, apresentar a forma final de um dado texto (ou seja, a forma que o autor considerou como definitiva) acompanhada do registro das informações relativas à sua gênese obtidas através das já referidas fontes.

Porque se trata de uma abordagem relativamente nova (sua repercussão nas letras lusófonas teve início em meados da década de 80), os procedimentos técnicos para a realização deste tipo de edição estão ainda em franco desenvolvimento: é necessário refletir não apenas sobre o que deve ser registrado mas também sobre como o fazer.

♦ ♦ ♦ ♦ ♦

8. Na Itália, é comum utilizar-se a expressão *filologia d'autore* para abordagem similar (cf., p. ex., Isella, 1987).

Um exemplo bastante fecundo deste tipo de edição é a que foi publicada por Mendes (1998) sobre o texto de *d'As Três Marias*, de Raquel de Queiroz (1910-2003). Sua edição, a que chama de "edição crítica em uma perspectiva genética", registra as variantes presentes em cinco⁹ testemunhos:

- *A*: manuscrito, Arquivo Mário de Andrade do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, meados de 1938;
- *B*: datiloscrito, Arquivo de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, datado de 07.01.1939;
- *D*: impresso, 1ª ed. (1939);
- *E*: impresso, 2ª ed. (1943); e
- *F*: impresso, 3ª ed. (1956) [última edição revista pela autora da obra e testemunho utilizado como texto-base].

Veja-se, na página seguinte, a reprodução de uma página da referida edição genética (à esquerda, encontra-se o texto-base; à direita, o aparato genético com as variantes dos testemunhos já mencionados).

Dentre os símbolos utilizados no aparato genético, verificam-se os seguintes no excerto reproduzido a seguir:

- # = ausência de parágrafo no testemunho citado
- ↑ = entrelinha superior
- ⇐ = margem esquerda
- [] = acréscimo
- <> = supressão de um segmento apagado ou riscado
- < [] = substituição de um segmento apagado ou riscado
- <> {} = substituição por superposição

♦ ♦ ♦ ♦ ♦

9. A sigla C foi atribuída a um testemunho perdido, cuja data-limite máxima seria agosto de 1938.

Figura 14 – Edição genética de *d'As Três Marias*, de Raquel de Queiroz (Fonte: Mendes, 1998: 129)

H

1. "Depois" tudo mudou lá em casa. Não para pior; todo o mundo dizia até que para melhor. Havia agora ordem, equilíbrio, economia. A louça não se quebrava tanto, eu vivia penteada e limpa no meu vestido de luto. Comecei a ir à escola. Ninguém via mais os robes de mamãe jogados por cima da cama, ninguém me deixava mais fazer trem com as esdeiras da sala.

2. Papai casou depois de cinco meses de viúvo, com uma prima, creio que sua namorada dos velhos tempos.

3. A paixão por mamãe tinha sido uma loucura repentina que o tomou inteiramente, como um olhado, afastando todas as coisas do presente e do passado, abolindo todos os planos pacíficos e regulares. Mamãe vinha de fora, procurara o sertão porque estava magrinha e anêmica, tinham-na mandado criar carne, passar o inverno. Em dois meses se conheceram e casaram. Depois eu nasci, ela viveu uns poucos anos a sua leve vida de pássaro e, quando morreu, papai reiniciou sua existência no ponto em que a deixara antes, como pedindo desculpas à vida por aquele breve hiato de inconsequência e de sonho.

4. Logo começaram a nascer outros meninos, meninos gordos e caladinhos, bem criados. Minha madrastra engordava também, serenamente, amava a reijinha do menino menor no canto da sala de jantar e ficava bordando na máquina grandes flores azuis e vermelhas para os panos dos móveis. De noite me fazia rezar (foi a única vez em que a vi censurar mamãe: quando me mandou fazer o pelo-sinal e eu me benzi às avessas, de pura inspiração, que nem me benzer eu sabia). Dizia uma ave-maria por alma de minha mãe, que estava no céu, e eu nunca ligava aquela "minha mãe que estava no céu" com a mamãezinha, tão viva, tão deste mundo, sempre presente na minha recordação com seus cabelos soltos batendo nos ombros, seus vestidos brancos abertos de renda, seu lindo riso cuja lembrança ainda hoje me aquece o coração.

mA: Não pra pior; todo o / d'ela [1916] *A:* que Ali. [1916] *A:* pra melhor. Havia *A2:* <mais> [1939] *A:* ordem, / não se *A2:* <<quebrava> / *A:* luto; comecei / escola. (*A1:* <Não se ouíam castiças> *A:* Ninguém via mais / *A2:* <no> [1916] *A:* robe<A2> <> *A:* de mamãe / ninguém me deixava mais

mB: "Depois", tudo / pior; / robes / ninguém me conscienta mais

mA: Papai casou com cinco / viúvo com uma prima dele creio / namorada *A2:* <na infância> [1939] velhos tempos.]

mB: casou [1:] <com> [1]depois de]

mA: # *A2:* [na paixão por] *A:* Mamãe foi uma *A2:* <paixão> [1939] *A:* repentina, *A2:* [=>que o tomou de todo, afastando todas as coisas do / passado, (sic) abolindo / regulares,] *A:* uma moça de fora que viera para o interior engordar, passar o inverno. Em / casaram. Depois eu nasci, ela / anos sua / morreu, e / morreu, Papai reiniciou sua vida no / antes para aquele breve hiato de felicidade etc

mB: [tomou de todo, como / as coisas do [1:] <passado>] *B:* [presente e do passado,] / regulares. [2:] <[na] [Mamãe] *B:* vinha / escrito para engordar, passar / anos sua / morreu, Papai

D: e quando morreu papai

mA: Dentro de um certo tempo começaram a nascer meninos, meninos gordos / madrastra, gorda e serena, amava a reijinha do menino menor / (foi / Madrastra, quando me mandou rezar a primeira vez, e eu me benzi / inspiração que não *A2:* [foi] / *A:* sabia). Rezava uma / mãe que / eu - e eu nunca ligava aquela "minha / com mamãezinha tão / presente à minha / brancos entalados de renda, / hoje me enche o coração...)

mB: / criados. Minha [1:] <madrastra> *B:* madrastra, [1:] <gorda e serena> *B:* engordava / grande [1:] <gordura> *B:* [flores azuis] / e / rezar [foi] / em que vi crescer / mandou [2:] <rezar> [1]fazer "pelo sinal" / *B:* benzer sabia] Dizia uma Ave-maria por / mãe, que / céu" com Mamãezinha, tão / presente à minha / renda [1:] <na / *B:* seu lindo

D: céu", com a / presente na minha lembrança com